

O sobe e desce das taxas de homicídios na Região Metropolitana de Belo Horizonte: Armas de fogo, drogas e políticas de segurança pública¹

Marco Antônio Couto Marinho

Pesquisador do Observatório das Metrópoles

Luciana Teixeira Andrade

Professora do PPGCS da PUC Minas e Pesquisadora do Observatório das Metrópoles

O artigo visa, através do diálogo com a literatura especializada e dados do Ministério da Saúde, à análise de determinados fatores sociais e políticos sobre as oscilações na taxa de homicídio na Região Metropolitana de Belo Horizonte entre 1998 e 2007. Analisamos fatores como o aumento das mortes decorrentes do uso de armas de fogo; a possível influência do crack; a vitimização juvenil; políticas públicas preventivas, como o programa Fica Vivo, e de cunho repressivo, como a ampliação do sistema penitenciário. E, por fim, explora-se o modo como a metropolização incide sobre a distribuição espacial do homicídio.

Palavras-chave: homicídio, Região Metropolitana, Belo Horizonte, segurança pública

The Rising and Falling Homicide Rates in the Metropolitan Region of Belo Horizonte: Firearms, Drugs and Public Security Policies draws on specialist literature and official numbers to review certain social and political factors related to the fluctuations in the murder rate in the Metropolitan Region of Belo Horizonte between 1998 and 2007. We assessed factors such as the increased number of deaths resulting from firearms, the possible influence of crack, juvenile victimisation, and public preventive and repressive policies. Finally, there is an examination of how metropolization overlaps the spatial distribution of homicides.

Keywords: homicide, metropolitan region, Belo Horizonte, public security

Introdução breve

Recebido em: 30/12/2010

Aprovado em: 07/01/2011

Atualmente, o homicídio se configura um problema endêmico em nosso país. Segundo dados apresentados pela publicação *Mapa da violência 2010* (WASELFSZ, 2010), entre os 91 países pesquisados, o Brasil ocupava, em 2005, a sexta pior posição, com uma taxa de 25,8 homicídios por 100 mil habitantes. Na sua frente apareciam El Salvador, com uma média de 50,1 homicídios; a Colômbia, com 45,4; a Guatemala, com 34,5; as Ilhas Virgens Americanas, com 31,9; e a Venezuela, com 30,1 homicídios. Assim, o Brasil, apesar de não passar por problemas relacionados a guerra civil ou externa, está entre os sete países mais violentos (Idem, p. 40).

¹ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada em pôster no 34º Encontro Anual da Anpocs, realizado em Caxambu, Minas Gerais, em outubro de 2010.

Percebemos uma concentração do crime letal em áreas metropolitanas. Em 2007, dez delas (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória) acumulavam 45% dos homicídios registrados no país (Idem).

Notamos, apesar da constatação de uma tendência geral de crescimento, uma significativa variação nas taxas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) no período compreendido pelos anos de 1998 e 2007. Em função disso, interessamo-nos em tentar determinar, com limitações das mais diversas ordens, é claro, que fatores poderiam ter mais relevância sobre tais variações.

Duas foram as razões fundamentais para a escolha desse recorte temporal: ser um momento em que identificamos altos e baixos significativos, como mencionamos, e tratar-se da série temporal decenal mais recente extraída pelos dados disponibilizados publicamente pelo Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS).

Nesse sentido, nosso empenho, de caráter também exploratório, consiste em analisar as flutuações das taxas em contraste com algumas variáveis relacionadas à segurança pública consideradas por nós mais relevantes para a compreensão da evolução do crime letal ao longo da década. Pretendemos também explorar as relações possíveis entre o homicídio e a dinâmica metropolitana da RMBH, dando continuidade ao desenvolvimento de uma abordagem presente em estudos de Diniz e Andrade (2008) e de Andrade e Marinho (2010).

Antes de adentrar a questão central investigada, são necessárias outras considerações metodológicas sobre a escolha da fonte de dados por nós utilizada. Concor damos com Peres (2005, p. 25) sobre o fato de que, no Brasil, devido à baixa confiabilidade, à ausência de padronização e à dificuldade de acesso a informações produzidas pelas polícias públicas, o Sistema de Informação de Mortalidade constitui uma alternativa viável para a obtenção de dados com grau relativo de consistência e com nível de padronização que possibilitam a comparabilidade entre unidades federativas, regiões metropolitanas e municípios.

Ainda de acordo com premissas de Peres, e em consonância com Castro, Assunção e Durante (2003), reconhecemos que, desde 1997, houve uma melhora qualitativa nas informações contidas nas declarações de óbitos que abastecem a base de dados do SIM/MS. Tal melhora na qualidade das informações sobre mortalidade tem relação com a implementação, em 1996, das categorias da décima revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), que utilizamos para representar os casos de homicídios, embora reconheçamos que as informações não estão isentas de problemas.

Um exemplo de limitação identificada por nós na qualidade das informações do SIM refere-se à variável raça/cor das vítimas. Para a produção das taxas a partir dessa variável, os pesquisadores geralmente usam dados populacionais, cuja classificação é feita a partir de critérios do IBGE. Já o preenchimento desse tipo de dado no atestado de óbito é feito por critérios outros².

As subnotificações são mais difíceis de serem detectadas. Em palestra proferida na PUC de Belo Horizonte por Luís Eduardo Soares (2010) ilustrou o problema, debatendo a estabilidade das taxas de homicídio na cidade do Rio de Janeiro. Soares destacou a possibilidade da relação entre o aumento do número de pessoas desaparecidas e o crescimento do número de cemitérios clandestinos na cidade, o que interferiria no registro de óbitos pelo Ministério da Saúde.

Tal situação produz o que chamamos de cifras negras, ou subnotificações de casos, e provoca um efeito negativo sobre a taxa de homicídios, arrefecendo sua capacidade de representação do risco de morte por homicídio expresso para grupos de 100 mil habitantes residentes em um determinado território. Em função mesmo dessas limitações, Peres (2005), destaca a importância das pesquisas de victimização como instrumento complementar, necessário para dimensionar mais claramente o risco expresso pelas ocorrências de crimes violentos e não violentos registrados pelas polícias ou por órgãos como o SIM/MS.

É necessária aqui mais uma ressalva metodológica. Reconhecemos a natureza multicausal do homicídio, o que impossibilita evidenciar com precisão o peso particular de uma única variável, ou mesmo de um conjunto delas, sobre a flutuação das taxas e sua incidência social. Nesse ponto,

2. Questões relacionadas à produção da informação sobre a raça/cor das vítimas de homicídios, e outras, como escolaridade, fazem parte de nossa agenda de pesquisa. Assim, esperamos futuramente poder compartilhar resultados mais aprofundados sobre tais limitações presentes no modo como essas informações são produzidas atualmente pelo SIM/MS e sobre as implicações de seu uso nas pesquisas sobre a violência letal.

alinhamo-nos a Ted Goertzel e Tulio Kahn (2009)³, e também a Francis Zimring (2007), pois os dados produzidos pelos países em geral apresentam como limitação comum a impossibilidade de tornar evidentes os fatores causais determinantes do homicídio para um determinado tempo-espço social.

Contudo, apesar da complexidade do fenômeno em foco, consideramos que as informações disponíveis são úteis para a elaboração de um entendimento mínimo, possível e necessário, para traçar os caminhos ou a possibilidade de, ao menos, levantar hipóteses mais sólidas sobre quais fatores têm impactado mais expressivamente a incidência do homicídio na RMBH.

Panorama das abordagens nacionais sobre as taxas e nosso objeto

Há na literatura especializada diferentes esforços de cunho analítico e explicativo voltados para a compreensão das taxas de homicídio no Brasil, com predomínio de abordagens com recortes espaciais municipais e intramunicipais, geralmente tratando do problema nas grandes cidades. Nessas análises, alguns fatores são apresentados como mais relevantes para a compreensão da incidência de homicídios no país. Goertzel e Kahn, por exemplo, explicam as flutuações, principalmente a queda da taxa de homicídios em São Paulo (estado e capital), por meio da aplicação de “medidas eficazes” que, segundo os autores, “podem ser tomadas para reduzir a criminalidade letal, sem esperar a resolução dos problemas socioeconômicos subjacentes” (GOERTZEL E KAHN, 2009, p. 407). Tais medidas, consideradas pelos autores explicativas da queda da taxa em São Paulo, têm forte relação com as políticas de segurança repressivas e, sobretudo, com o êxito das ações policiais para o cumprimento da legislação de controle de armas de fogo e com a ampliação do número de vagas e da população prisional no Estado de São Paulo.

Por outro lado, Luís Flávio Saporì (2010) defende a influência do crack como principal fator causal e explicativo tanto para a alta como para a queda da taxa global de

3 As citações de Goertzel e Kahn (2007) foram traduzidas pelos próprios autores deste artigo.

homicídios verificada nos últimos 15 anos em Belo Horizonte. Segundo ele, a chegada da droga alterou a dinâmica do tráfico, gerando uma tipologia comercial diferente com alto grau de endividamento dos usuários em virtude da crescente pulverização das vendas no varejo, motivada pelo consumo compulsivo gerado por seus efeitos psicotrópicos. Nesse sentido, continua o autor, as atividades relacionadas ao comércio ilegal do crack gerariam um aumento das tensões e dos conflitos entre traficantes e usuários (que, então, comumente, optam pela comercialização da droga para a manutenção do próprio consumo) e, conseqüentemente, produziriam mais mortes.

Essa nova dinâmica, mais letal, corresponderia ao momento inicial, mais impactante, ou seja, aos primeiros anos após a chegada da droga a Belo Horizonte, em meados da década de 1990. Posteriormente, no início dos anos 2000, tal situação sofreria mudanças, em função do aperfeiçoamento das intervenções policiais e da estabilização das atividades e das relações comerciais relacionadas ao crack em redes criminosas maiores, menos pulverizadas e, portanto, com menos disputas por bocas entre quadrilhas rivais. Esse novo quadro resultou na queda do número de mortes registradas pela polícia como crimes relacionados ao tráfico (SAPORI, 2010).

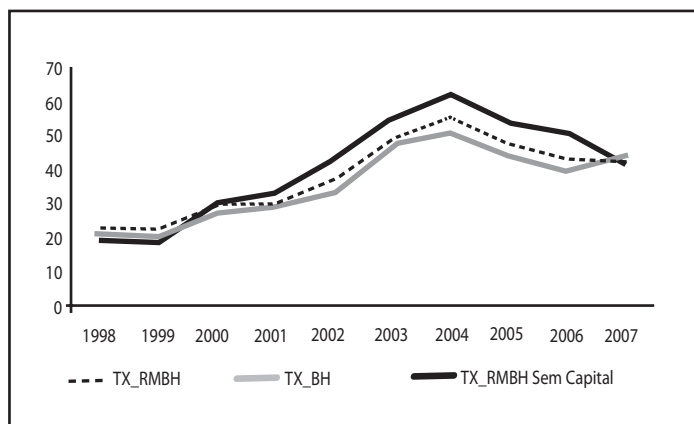
Sobre o sobe e desce das taxas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, além dos dois fatores citados por Goertzel e Kahn (2009) e Saporì (2010), já mencionados, serão objeto de nossa análise específica da década contida entre 1998 e 2007: o aumento das mortes decorrentes do uso de armas de fogo; políticas públicas preventivas, como o programa Fica Vivo; e políticas de cunho repressivo, como a ampliação do sistema penitenciário estadual (BEATO, 2008; SILVEIRA *et alii* 2010). Faremos também uma análise exploratória do modo como a metropolização incide sobre a distribuição espacial do homicídio na RMBH (DINIZ e ANDRADE, 2008).

Observamos, em nosso recorte temporal, que, entre 1998 e 2007, as taxas apresentaram comportamentos diferentes em determinadas fases, o que nos levou a optar por dividir a análise em três períodos principais: o primeiro, de 1998 a 2004, é caracterizado pelo “sobe geral”.

O “sobe” é a elevação contínua das taxas de homicídio na RMBH, em Belo Horizonte e no conjunto dos demais municípios metropolitanos (taxa agregada da região sem considerar a capital); no segundo período, referente aos anos de 2004 a 2006, observa-se uma queda geral da taxa, embora não tão expressiva quanto o crescimento observado até então, com uma aparente estabilização em patamares considerados muito altos (WASELFISZ, 2010); o terceiro período, apesar de ser mais breve, de 2006 a 2007, mostra um novo crescimento da taxa na cidade de Belo Horizonte (capital ou município polo), gerando dúvidas sobre que fatores teriam influenciado na queda ou na tendência de estabilização anteriormente registradas.

No Gráfico 1, observa-se a evolução dos homicídios, através das taxas, em Belo Horizonte (BH), RMBH e demais municípios metropolitanos agregados. Podem-se também visualizar as variações das taxas pelos três períodos temporais supramencionados.

Gráfico 1 – Taxas de homicídio para RMBH, BH e RMBH sem BH – 1998-2007



Fonte: Sistema de Informação da Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), 2010
Elaboração: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (INCT-CNPq) Observatório das Metrópoles

Vemos que, entre 1998 e 2004, tanto a taxa representativa da RMBH, como as outras duas, a de Belo Horizonte e a dos demais municípios metropolitanos agregados, apresentaram um crescimento vertiginoso.

O gráfico também mostra uma inversão: até 2000, a capital, Belo Horizonte, apresentava taxa mais elevada que a de todo o conjunto metropolitano e, a partir de 2001, os homicídios registrados no conjunto metropolitano produziram taxas mais elevadas que as da capital. Observamos ainda que, entre 1998 e 2004, houve, para o conjunto dos demais municípios metropolitanos (sem a capital), um crescimento de 203% na taxa de homicídio, enquanto a taxa de Belo Horizonte cresceu 137,7%, e a da RMBH (como um todo), 168,7%. Esse último dado mostra uma maior participação dos demais municípios metropolitanos em relação à capital, ou seja, uma inversão, na qual notamos uma tendência de desconcentração dos homicídios na capital (município polo), como se verificava até então.

O segundo período, de 2004 a 2006, é marcado por uma diminuição geral no número de homicídios, embora ainda permaneçam em patamares bastante altos. De acordo com dados do *Mapa da Violência 2010* (WASELFISZ, 2010), em 2007, a taxa de Belo Horizonte era a sexta mais elevada das capitais brasileiras, sendo superada apenas por Maceió, Recife, Vitória, João Pessoa e Porto Velho.

No terceiro período visto no Gráfico 1, composto pelos anos 2006 e 2007, há um movimento diferente na taxa de homicídio de Belo Horizonte, indicando um novo crescimento desse tipo de crime na capital. Tal fato rompe com a tendência, observada desde 2000, de as taxas metropolitanas superarem as do município polo, o que sustentou a hipótese de uma “migração” dos crimes provocada pela concentração das políticas de segurança na capital. Reconhecemos que os dados de 2007 não são suficientes para indicar uma tendência, mas geram incerteza sobre a efetividade e o peso que os fatores mencionados nos estudos podem ter tido sobre a queda das taxas, tal como observado anteriormente. Ressalta-se então que esse crescimento, em 2007, coloca um problema novo, que, por enquanto, indica a necessidade de cautela nas interpretações até que informações de anos posteriores estejam disponíveis.

A seguir, prosseguiremos com uma análise temática sobre cada um dos fatores que possivelmente tiveram maior interferência na variação das taxas de homicídio de 1998 a 2007.

A influência do tráfico e o consumo de drogas ilícitas

Em relação ao tráfico de drogas e seus possíveis impactos sobre a violência urbana e os homicídios, ressaltamos que os inquéritos e boletins de ocorrência policiais – utilizados, por exemplo, para identificar motivação, horário, local etc. – constituem a principal fonte dos pesquisadores, uma vez que o SIM/MS não dispõe de informações dessa natureza.

De um modo geral, a literatura especializada apresenta o tráfico de drogas como um fator de incremento nos homicídios. Na década aqui apreciada, tanto em Belo Horizonte como em seu conjunto metropolitano, o tráfico pode de fato ser considerado um elemento relevante para o estudo da violência e dos homicídios. E, apesar de a violência dele decorrente se concentrar em algumas áreas, em determinadas favelas e nas periferias de Belo Horizonte e de alguns municípios metropolitanos, consideramos que sua intensidade e grau de letalidade impactam também a taxa global dos homicídios verificada na cidade e no conjunto metropolitano total. Beato *et alii* (2001), por exemplo, mostram que, entre 1995 e 1998, de 240 bairros e 85 favelas existentes em Belo Horizonte, apenas dez áreas apresentavam maior risco de homicídio, por serem “assoladas pelo tráfico e pela violência associada ao comércio de drogas” (Idem, p. 1163). Os mesmos autores mostram também que, segundo informações da Delegacia de Homicídios, do total de 433 homicídios ocorridos em 1998 até 23 de dezembro, 55% tiveram relação com o tráfico.

Há, contudo, alguns vieses decorrentes da qualidade dos dados aferidos pela polícia que devem ser considerados, pois implicam diversas outras dimensões do problema. Um deles diz respeito à esfera midiática. Sílvia Ramos e Anabela Paiva (2007), em *Mídia e violência*, mostram como a utilização excessiva e quase exclusiva de informações policiais pela mídia impressa gera obscuridade quanto às causas de mortes e demais violências urbanas. Assim, as constatações feitas a partir de inquéritos policiais podem produzir, por meio de reverberações midiáticas, um forte pressuposto de causalidade exclusivista entre o tráfico e a violência letal, alimentando um imaginário popular com constantes guerras por territórios e bocas (BEATO *et alii*, 2001).

A difusão de um senso comum segundo o qual todas as favelas e periferias urbanas com tráfico de drogas supostamente passam por problemas de disputas territoriais na mesma proporção que nos morros cariocas pode interferir, inclusive, na percepção policial sobre as causas das mortes.

A partir disso, muitos homicídios ocorridos em favelas, principalmente quando a vítima é jovem, podem ser interpretados, de forma superficial, como decorrências de um provável envolvimento com o tráfico de drogas. Essa suspeita tem sido recorrentemente usada pela sociedade em geral para explicar mortes causadas por problemas interpessoais que, em muitos casos, não possuem qualquer relação com o comércio ilícito de drogas.

Marco Couto Marinho mostra, por exemplo, a existência, no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, de rixas e conflitos independentes das relações de venda e consumo de drogas. Assim, em um contexto como o de Aglomerado da Serra, ocorrem homicídios não oriundos de conflitos relacionados ao tráfico – ou ao consumo – de drogas, mas esses crimes podem envolver pessoas relacionadas com ele. Os motivos passionais, como rixas históricas entre moradores de vilas de um mesmo aglomerado de favelas, podem ser facilmente desconsiderados em um caso de homicídio cujo autor possua envolvimento com drogas ilícitas e que será, então, registrado pela polícia como morte relacionada ao tráfico (MARINHO, 2009, p. 78). Em uma perspectiva diferente, Goertzel e Kahn (2009, p. 407) comentam outra fragilidade enfrentada pelas análises que se baseiam em dados criminais produzidos pelas polícias: não esclarecer, por exemplo, se o maior número de apreensões de cocaína e crack verificado em São Paulo nos últimos cinco anos ocorreu em função de um policiamento mais eficaz ou devido ao aumento nas quantidades vendidas.

Outra questão relevante relacionada ao tráfico de drogas vista nessa última década – e que tem se apresentado como uma preocupação crescente em nossa sociedade – é a possível influência do crack sobre o aumento da criminalidade urbana em geral e dos homicídios. Segundo a literatura sobre o tema, a chegada da nova droga teria tornado as relações envolvendo o tráfico, tanto para os agentes criminosos como para os órgãos de segurança pública, mais violentas – ou até mesmo fora de controle. Goertzel e Kahn, por exemplo, corroboram

essa hipótese: “Pode ser que a explosão de homicídios tenha chegado mais tarde no Brasil que nos Estados Unidos por causa da epidemia de crack, que veio mais tarde” (GOERTZEL e KAHN, 2009, p. 407). Saporì reforça essa visão ao tentar explicar o crescimento dos homicídios em Belo Horizonte durante o final da década de 1990 e o início do século XXI (SAPORI, 2010, p. 4).

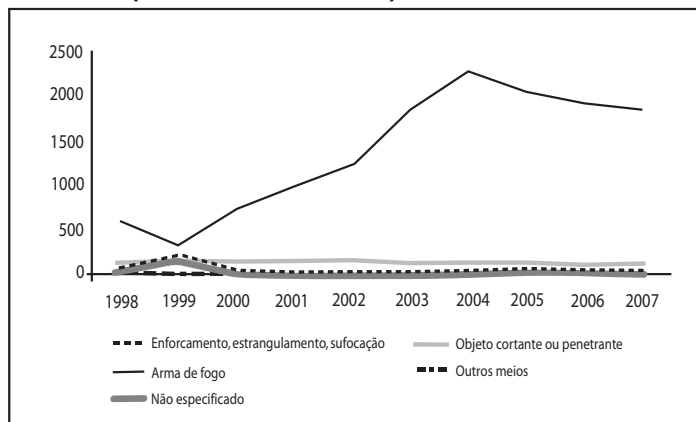
Entretanto, como mencionamos, é preciso ter cautela com a tese que coloca o tráfico como fator dominante nas variações das taxas de homicídios, em função das limitações metodológicas do modo como os dados policiais são produzidos. Assim, apesar da causalidade aparentemente óbvia entre o comércio de drogas e a ocorrência da violência letal no Brasil, difundida pela mídia e recorrente no senso comum, a natureza dos dados disponíveis impossibilita mensurar claramente seu peso real nas taxas de homicídio. Por outro lado, reconhecemos também que as limitações na qualidade dos dados disponíveis não tornam irrelevantes os esforços para a compreensão do problema das mortes relacionadas ao tráfico e ao consumo de drogas. Além disso, o fato de a atividade patrocinar o mercado ilegal de armas de fogo potencializa o risco de letalidade.

As armas de fogo

Segundo a literatura, a simples presença de armas de fogo não produz necessariamente altas taxas de letalidade (BEATO e MARINHO, 2007). Diversos exemplos confirmam a tese. Galvão (2009, p. 13) mostra que, em 1996, elas estavam em 29,5% dos domicílios na Argentina e em 12,4% na África do Sul; nesse ano, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes na Argentina (3,8) foi 17 vezes menor que a sul-africana (64,4).

Entretanto, no caso brasileiro, devido a diversas idiossincrasias, a presença de armas aumenta, sim, o grau de letalidade em conflitos interpessoais, atuando, assim, diretamente sobre as taxas de violência. Segundo Phebo (2005, p. 15), o Brasil foi, em 2002, o país com maior número de mortes causadas por armas de fogo no mundo (38.088 casos). Quanto aos índices da Região Metropolitana de Belo Horizonte, podemos observar, no Gráfico 2, uma ascensão com curvatura semelhante à da taxa de homicídios anteriormente apresentada.

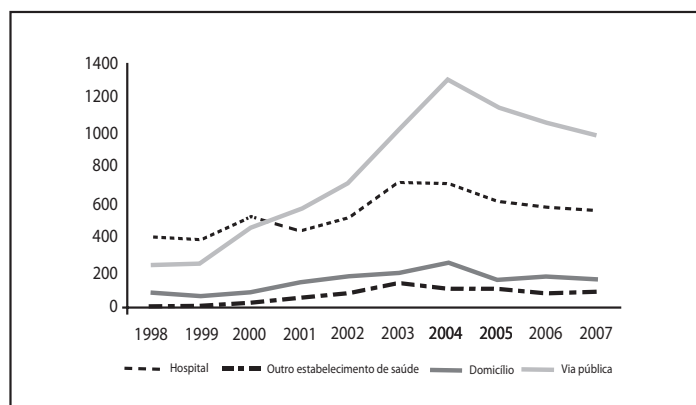
Gráfico 2 – Homicídios na RMBH segundo o meio utilizado (números absolutos) – 1998-2007



Fonte: SIM/MS, 2010. Elaboração: INCT-CNPq Observatório das Metrópoles

O crescimento no número de mortes provocadas pelo uso de armas de fogo tem implicações diversas sobre a natureza do homicídio e da violência urbana. Uma delas é a redução da probabilidade de a vítima ser assistida pelo serviço médico ou hospitalar. A grande maioria falece antes do atendimento. No Gráfico 3, a seguir, fica evidente como o aumento das mortes provocadas por armas de fogo gerou o crescimento na quantidade de óbitos ocorridos em locais públicos. O fato de tornar as mortes mais visíveis contribui para a difusão generalizada da sensação de insegurança e medo no ambiente urbano.

Gráfico 3 – Homicídios na RMBH por local de ocorrência do óbito (números absolutos) – 1998-2007



Fontes: SIM/MS, 2010. Elaboração: Observatório das Metrópoles/ INCT-CNPq

Vimos então que, até o ano 2000, as mortes de vítimas de agressões tendiam a ocorrer em hospitais e, a partir de 2001, em vias públicas. Ainda que não se possa conhecer a motivação dos crimes por meio desses dados, a alta incidência de mortes na rua, em contraste com a (relativa) baixa incidência em domicílios, pode indicar um tipo de conflito de natureza mais pública, que extrapolaria, portanto, a esfera privada e doméstica.

A vitimização da população jovem

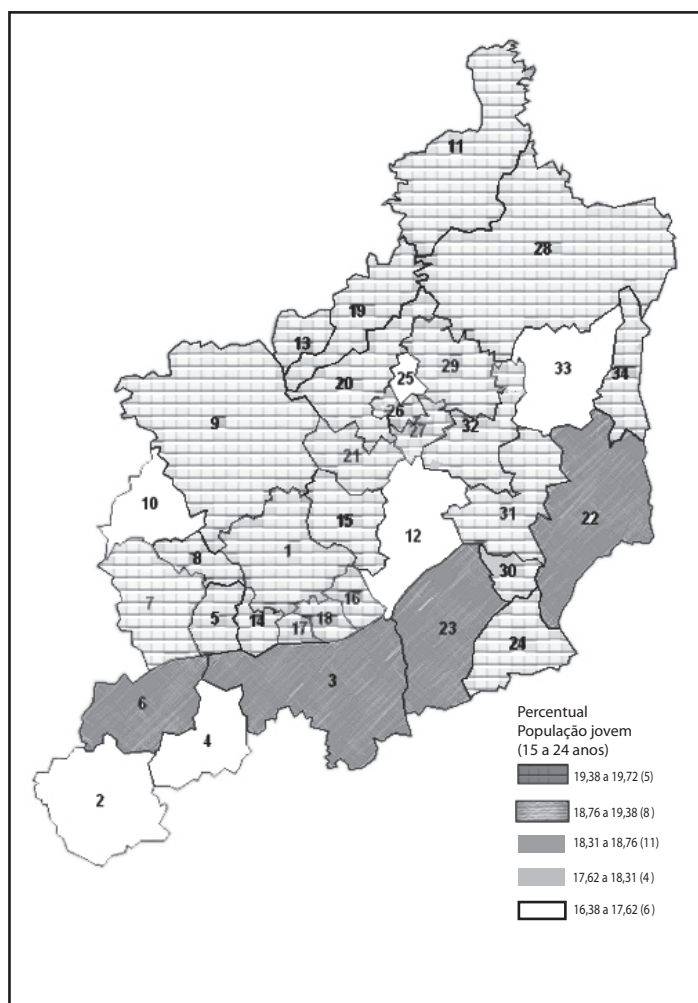
Estudos diversos sobre o tema mostram que os homicídios têm os jovens como vítimas preferenciais⁴. Parte dessa relação é facilmente explicada pela própria condição juvenil: menos passíveis a doenças, os jovens tendem a morrer mais por causas outras, chamadas externas, entre as quais está o homicídio. A segunda parte dessa relação não pode ser objeto do mesmo tipo de demonstração e quantificação. Trata-se do comportamento de risco inerente a essa fase da vida, entendida como a etapa entre a adolescência – ainda muito ligada às instituições familiares e escolares – e a idade adulta – a da conquista da autonomia via trabalho e/ou constituição de família própria. A transição é uma de suas principais características. A juventude seria uma etapa em que o vazio deixado pelo desligamento de instituições ainda não foi totalmente preenchido por novos elos institucionais. Em termos sociológicos, diríamos que o tempo juvenil é marcado por períodos instáveis, de laços frágeis com a sociedade, e, por isso mesmo, mais sujeito ao comportamento de risco.

Em função dos limites deste artigo, não será possível avançar na discussão sobre a juventude. No entanto, duas observações devem ser feitas: primeiro, é importante registrar que, apesar de se caracterizar pela transição, ela é uma fase plena e uma das mais importantes na constituição da identidade individual e social; segundo, os comportamentos de risco não devem ser vistos como algo negativo ou até mesmo desviante, mas como parte da constituição dos sujeitos e de suas relações com as instituições. Sobre esse último aspecto, ver Félix Guattari (1985).

4 Gláucio Ary Dillon Soares apresenta uma ótima revisão da literatura: “No concernente à associação entre gênero masculino e homicídio, e entre juventude e homicídio, ela é confirmada em todas as sociedades e épocas para as quais há dados minimamente confiáveis” (2008, p. 22).

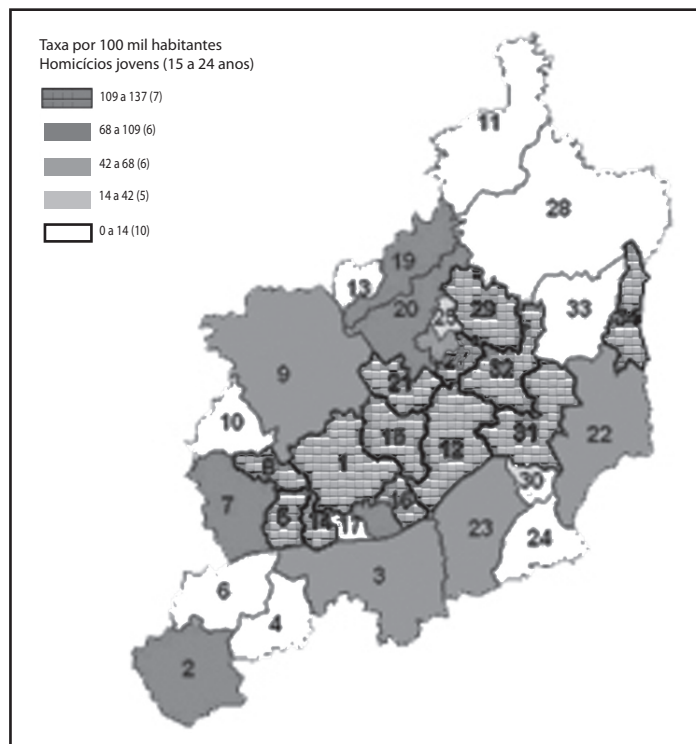
Apesar de a vitimização de jovens, sobretudo os do sexo masculino, inflacionar as taxas globais, sua ocorrência *per se* não determina os altos índices de homicídio. A distribuição percentual de jovens com idades entre 15 e 24 anos na Região Metropolitana de Belo Horizonte em 2007, por exemplo, variou pouco entre os municípios metropolitanos. Já as taxas de homicídios variaram bastante por localidade. Tal relação pode ser verificada pela comparação entre os Mapas 1 e 2.

Mapa 1 – Distribuição percentual dos jovens entre 15 e 24 anos na RMBH (2007)



Fonte: SIM/MS, 2010 Elaboração: INCT-CNPq Observatório das Metrôpoles

Mapa 2 – Distribuição da taxa média de homicídios por grupos de 100 mil habitantes. Jovens entre 15 e 24 anos. Municípios da RMBH (1998-2007)



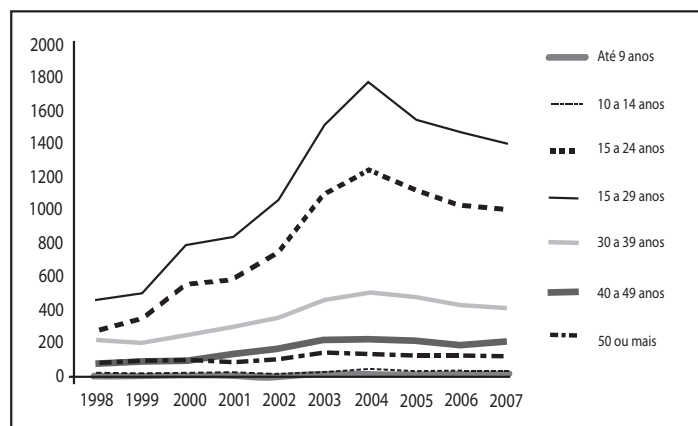
Fonte: SIM/MS, 2010 Elaboração: INCT-CNPq Observatório das Metrôpoles

Como vimos no Mapa 1, em 2007 o perfil demográfico da população jovem de 15 a 24 anos dos municípios metropolitanos mostra uma distribuição relativamente homogênea, variando entre 16,38% e 19,72% da população total residente. Entre os municípios com maior concentração proporcional de jovens nessa faixa etária estavam Mario Campos (19,7%), Betim (19,6%), Sarzedo (19,6%), Ibitiré (19,4%) e Ribeirão das Neves (19,4%) (IBGE, 2010). O Mapa 2, por sua vez, evidencia que, enquanto as taxas de homicídios variam muito entre os municípios, a proporção demográfica de jovens varia pouco.

Outra dimensão relevante da relação entre homicídios e juventude é a tendência, identificada no Brasil, de juvenescimento no perfil das vítimas de homicídio. Nas últimas décadas, a concentração etária dos homicídios

tem abrangido idades menores, migrando da faixa com idade superior a 25 anos para a de 15 a 24 anos (FREIRE e SILVA, 2010; ANDRADE e MARINHO, 2010; SAPORI, 2010). Na RMBH, a flutuação das taxas entre as faixas etárias corrobora essa tendência.

Gráfico 4 – Homicídios por faixas etárias na RMBH (números absolutos) – 1998-2007



Fonte: SIM/MS, 2010. Elaboração: INCT-CNPq Observatório das Metrópoles

Tanto o crescimento como a concentração das taxas de homicídio entre os jovens confirmam o aumento da vitimização juvenil na medida em que, demograficamente, verificamos, na década considerada (de 1998 a 2007), uma pequena ou inexpressiva variação proporcional do grupo etário juvenil em relação à população total residente nos municípios. Isso aponta para a importância de fatores contextuais que precisariam ser contemplados mais de perto para a melhor compreensão das taxas juvenis (CANO e SANTOS, 2001).

Para Beato, Peixoto e Andrade (2004), Soares (2010) e Nascimento (2004), o aumento da participação juvenil em atividades criminosas contribui para a elevação da quantidade de homicídios de jovens com idades entre 15 e 24 anos residentes em áreas de maior vulnerabilidade social, como favelas e periferias urbanas⁵. Não analisaremos, porém, a participação juvenil em crimes em geral. Apenas pretendemos destacar como a condição juvenil encontra-se, atualmente, vulnerável à violência urbana, o que a torna relevante para este artigo.

5 Ressalta-se que os autores citados não compartilham ideias determinísticas, que relacionam de forma causal pobreza e violência, apesar de reconhecerem a concentração de homicídios em áreas de maiores índices de vulnerabilidade social.

A prevenção como possibilidade: o programa Fica Vivo

Algumas considerações são aqui necessárias. Primeiramente, não temos interesse em “levantar bandeira” de nenhuma iniciativa específica, mas sim demonstrar a relevância da prevenção para o enfrentamento dos problemas relacionados à violência. Além disso, são raras, na RMBH, iniciativas preventivas oficialmente institucionalizadas como o Fica Vivo, diretamente voltado ao homicídio juvenil.

Instituído em 2002, em Belo Horizonte, pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (Crisp/UFMG), o então chamado Programa de Controle de Homicídios foi posteriormente denominado Fica Vivo⁶. Ele propõe ações preventivas articuladas entre membros da comunidade local e a polícia, e tem como público-alvo os adolescentes e jovens entre 12 e 24 anos residentes em áreas com taxas elevadas de homicídios.

Inicialmente, o empreendimento consistiu em um projeto piloto implantado no Aglomerado Morro das Pedras, então uma das áreas mais violentas da cidade. Sua relevância sobre a dinâmica criminal pôde ser constatada seis meses após a implantação, com a redução de 47% dos homicídios no local. Em função desse resultado e de seu baixo custo em comparação com as ações estatais repressivas, o programa foi institucionalizado como política pública preventiva pelo governo de Minas Gerais. A partir de 2003, expandiu-se e foi implantado em outras áreas da capital com alta concentração de homicídios (as favelas Pedreira Prado Lopes, Alto Vera Cruz, Cabana e Ribeiro de Abreu, em dezembro de 2004, março de 2005, abril de 2005 e junho de 2005, respectivamente) e, posteriormente, em áreas de municípios metropolitanos com problemas de criminalidade semelhantes, como o Aglomerado Jardim Teresópolis, em Betim (SILVEIRA *et alii*, 2010).

Silveira *et alii* avaliaram o Fica Vivo desde seu início, em 2002, até 2006, por meio de comparações entre as taxas médias de homicídio registradas em locais em que ele havia sido implantado e as de outras áreas violentas sem o programa. Como resultado, os autores (Idem, p. 501) perceberam uma tendência de queda, embora não uniforme, nos homicídios nas favelas com Fica Vivo, mas não nas localidades onde o programa não havia sido instalado.

6 Para mais informações e detalhes sobre o programa Fica Vivo, ver SILVEIRA *et alii* (2010).

Embora não pretendamos apresentar uma demonstração estatística para mensurar o impacto do Fica Vivo sobre a taxa global de homicídios, o fato de ele focalizar o público jovem de áreas concentradoras de casos de homicídios e os seus bons resultados divulgados por avaliações feitas pelo Crisp/UFGM o torna um elemento relevante em nossa análise.

Ampliação do sistema penitenciário estadual

Nos últimos 15 anos, houve no país um aumento significativo no número de pessoas aprisionadas. Em 1995, eram 148 mil presos e, em 2007, 419 mil, um crescimento relativo de 183,1%. Se convertermos esse número em taxas, verificamos o valor de 95 presos para cada grupo de 100 mil habitantes em 1995 e de 227 em 2007 (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2010). Em 2010, com um contingente de 494.598 pessoas presas, o Brasil possuía a terceira maior população prisional do mundo, ficando atrás somente dos Estados Unidos e da China (CNJ, 2011).

Em Minas Gerais, havia 35.121 pessoas retidas no sistema prisional em 2009, uma taxa de 231,4 por cada 100 mil habitantes. A população prisional se constituía de 93,5% de homens e 6,5% de mulheres, sendo 31,6% de presos categorizados como brancos, 21,8% como negros, 44,2% como pardos, 1,9% como amarelos e outros 3,7% pertencentes a outras raças/cores. Quanto ao grau de instrução, 72,8% tinham ensino fundamental incompleto e apenas 0,3% tinham ensino superior completo ou pós-graduação. Quanto à idade, 59,6% do total tinham entre 18 e 29 anos.

Os dados sobre a população prisional mineira em 2009 evidenciam um viés da capacidade punitiva do sistema de Justiça: percebe-se pelo perfil dos presos a maior penalização de crimes cometidos por membros das classes sociais mais baixas. As informações não esclarecem, entretanto, se os presos com idade superior a 30 anos cometeram os crimes quando ainda jovens (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2010). Além disso, por não incluírem casos cometidos por jovens entre 15 e 21

anos que estão cumprindo medidas socioeducativas, levam à hipótese de que a participação juvenil em atividades criminosas possa ser ainda mais expressiva.

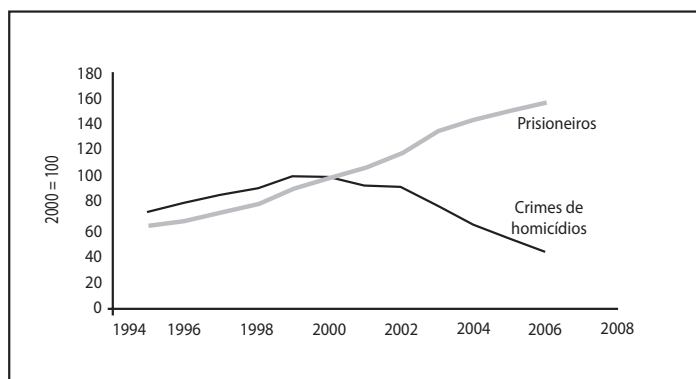
Com os dados disponíveis no Depen (2010), traçamos um perfil do preso em Minas Gerais. O que se percebe é a predominância de jovens, do sexo masculino e com baixo nível de escolaridade. Do total de 3.095 presos por crime contra a pessoa, 3.016 (97,4%) haviam cometido homicídio, 573 deles simples e 2.443, qualificados. Não é possível, no entanto, mensurar a proporção de homicídios em relação à população prisional total, já que os dados não especificam a quantidade de crimes desse tipo cometidos por cada preso.

Os investimentos na ampliação do número de vagas prisionais encontram forte motivação tanto no aumento da criminalidade como nos problemas gerados pela superlotação de cadeias. Os custos de tal ação, no entanto, são elevados, e acompanham também o aumento dos gastos públicos destinados à manutenção da nova estrutura. Em Minas Gerais, por exemplo, cada preso representa um custo médio mensal de R\$ 1.700.

A política prisional, portanto, gera um ônus elevado para a sociedade, o que evidencia a necessidade de incremento da oferta de penas alternativas (CNJ, 2011). Ao retirar indivíduos “perigosos” do convívio social, a política de encarceramento pode produzir, em curto prazo, um efeito de arrefecimento da criminalidade violenta. Entretanto, em médio ou longo prazo, pode vir a produzir um efeito reverso, devido à ineficiência do sistema na reinserção social dos condenados, gerando problemas como alta reincidência criminal, sensação de impunidade e descrença na justiça formal, além do altíssimo custo aos cofres públicos e o baixo retorno social dos investimentos.

Apesar disso, Ted Goertzel e Tulio Kahn (2009) levantam a hipótese de que o fortalecimento do sistema prisional e penal contribuiu para o declínio das taxas de homicídios no Estado de São Paulo. Segundo eles, o fenômeno também expressaria uma melhora na qualidade da ação repressiva policial. Os autores apresentam o seguinte gráfico.

Gráfico 5 - Prisioneiros e homicídios no Estado de São Paulo - 1994–2008

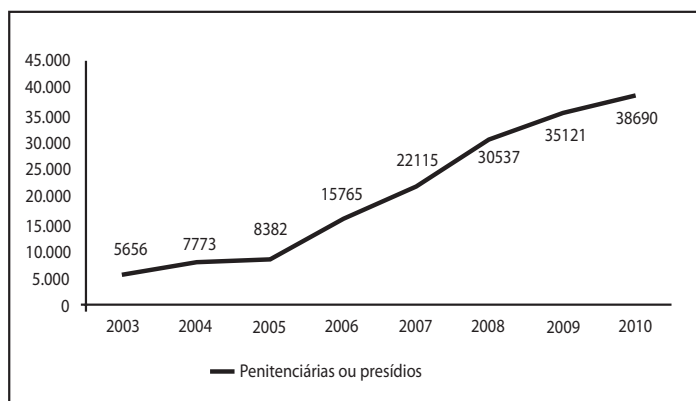


Fonte: GOERTZEL e KAHN (2009)

Como mencionamos anteriormente, em curto prazo, os investimentos em políticas repressivas, como a prisional tradicional, por exemplo, podem produzir declínio da criminalidade. Mas, por quanto tempo e a qual custo? Aí reside o problema, pois o que observamos atualmente é uma enorme desproporção entre o investimento na repressão (corretivo) e o aplicado em prevenção.

A seguir, o gráfico representa a ampliação do número de condenados no sistema prisional de Minas Gerais nos últimos sete anos.

Gráfico 6 – Números do sistema prisional de Minas Gerais



Fonte: Departamento Penitenciário Nacional

Em 2003, como se pode ver no Gráfico 6, havia 5.656 encarcerados no sistema prisional estadual; já em abril de 2010, eles eram 38.690, o que significa um aumento superior a 300% no número de vagas (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2010). Com isso, o total de condenados presos em cadeias e delegacias de polícia diminuiu 42,7%. Devido à superlotação, a criação de mais vagas constituiu-se medida necessária à acomodação e à garantia de um tratamento com um mínimo de dignidade, necessário à reintegração social dos condenados.

Tanto em São Paulo como em Minas Gerais, a ampliação da população prisional parece ter sido consequência também de um maior aporte de recursos nas polícias, voltados sobretudo a ações repressivas. Goertzel e Kahn (2009) consideram que a diminuição do número de crimes depende do sucesso das ações policiais, o que é alcançado com investimentos na estrutura e no efetivo da polícia. Em Minas Gerais, por exemplo, tais investimentos acompanharam a ampliação do sistema carcerário. Em 2003, havia 36.768 policiais militares no estado; a previsão para 2010 era de que houvesse cerca de 50 mil⁷. Não vamos adentrar o tema da modernização policial em Minas, mas as políticas de integração entre civis e militares, a oferta de qualificação, de infraestrutura e de melhorias salariais observadas nos últimos anos sem dúvida reforçam as expectativas de resultados sobre a criminalidade.

É provável que a política de repressão leve a um arrefecimento na criminalidade, mas ele será temporário se não houver esforços da mesma intensidade voltados para a prevenção do crime em geral e principalmente do homicídio. O sucesso das políticas repressivas é bastante questionável, pois, além do problema da reincidência, elas não tratam o crime como algo passível de ser evitado e, além disso, são bastante onerosas para a sociedade.

A metropolização do homicídio: uma perspectiva relevante

Uma perspectiva relevante para a compreensão da criminalidade – ainda timidamente abordada pela literatura especializada – é sua dimensão metropolitana,

7 Fonte: Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. Disponível on-line em: <http://www.seds.mg.gov.br>

que envolve a forma como os municípios da região relacionam-se entre si e, principalmente, com o município polo (ANDRADE e MARINHO, 2010). Para entender as taxas de homicídios a partir de seu contexto metropolitano, um universo extremamente diversificado formado pelos 34 municípios da RMBH, Diniz e Andrade (2008) utilizam como parâmetro de agregação o “grau de integração à dinâmica metropolitana”, um indicador sintético elaborado pelo estudo *Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias* (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004).

Para a hierarquização dos municípios brasileiros, o estudo usou como indicadores: densidade demográfica; taxa média de crescimento populacional entre 1991 e 2000; contingente e proporção de pessoas que realizam movimento pendular; proporção de empregos agrícolas e não agrícolas; presença de funções de circulação de pessoas e mercadorias como portos e aeroportos; e a capacidade de geração de renda pela economia local. Como resultado, foram obtidos seis graus hierárquicos de integração com o município polo: “muito alta integração”, “alta integração”, “média integração”, “baixa integração” e “muito baixa integração”, sendo apenas os municípios com nível de integração maior que “baixo” (exclusive) considerados metropolitanos.

O grau de integração é útil na medida em que os estudos em escala metropolitana no Brasil esbarram em um problema comum: o alto nível de artificialismo dessas regiões. Por isso, é necessário tentar identificar quais municípios realmente possuem uma dinâmica tipicamente metropolitana. Ressalta-se, porém, que nosso objetivo não é uma discussão sobre a questão metropolitana em si⁸, e sim uma exploração sobre os homicídios a partir da escala metropolitana.

Como se pode ver no Quadro 1, a seguir, com os dados de 2007, as maiores taxas de homicídio estão entre os municípios com integração “muito alta”, seguidas das do município polo. Em seguida vêm as daqueles com “alta”, “média”, “baixa” e “muito baixa” integração metropolitana.

8 Para isso, consultar o estudo produzido pelo Observatório das Metrópoles (2004), aqui mencionado, que realiza uma boa abordagem sobre a questão.

Quadro 1 – Taxas de homicídios da população total residente por grau de integração metropolitana dos municípios da RMBH – 2007

GRAU DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	TAXA DE HOMICÍDIOS
Polo	Belo Horizonte	43
Muito Alta	Betim, Contagem, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano	49
Alta	Confins, Esmeraldas, Mário Campos, Sabará, Sarzedo, São José da Lapa	33
Média	Caeté, Capim Branco, Igarapé, Juatuba, Lagoa Santa, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, São Joaquim de Bicas	26
Baixa	Brumadinho, Itaguara, Itatiaiuçu, Mateus Leme, Rio Acima	12
Muito Baixa	Baldim, Florestal, Jaboticatubas, Nova União, Rio Manso, Taquaraçu de Minas	9

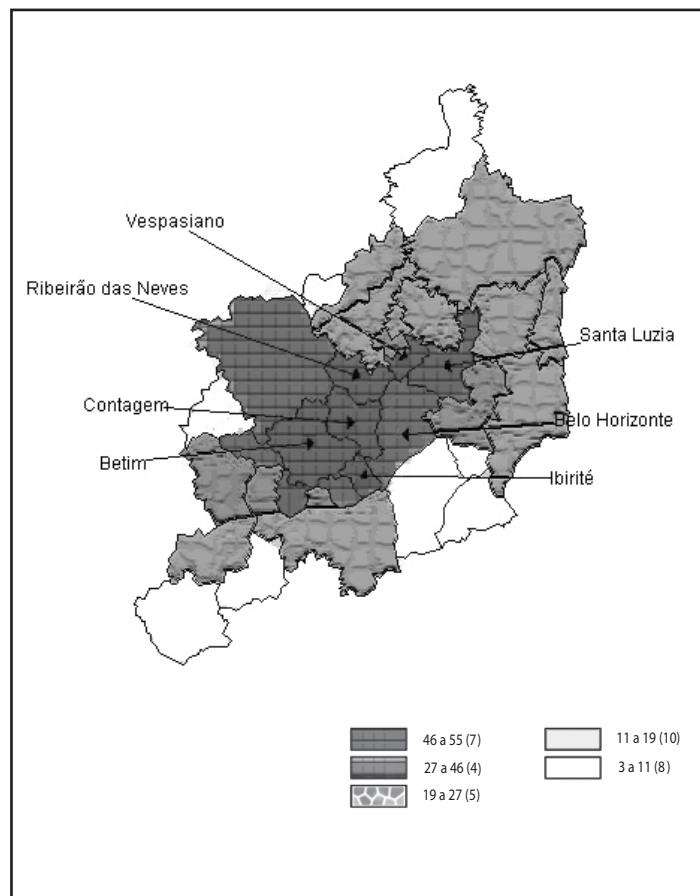
Fonte: SIM/MS, 2010 Elaboração: INCT-CNPq Observatório das Metrôpoles

Constatamos, assim, uma relação positiva entre o grau de integração à dinâmica metropolitana e a incidência de homicídios. A taxa dos municípios com “muito alta integração” é mais de cinco vezes maior que a daqueles com “integração muito baixa”. Sendo estes pouco populosos, seus índices quase não afetam a taxa geral da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Sua maior influência, portanto, recai sobre a capital e sobre os municípios a ele altamente integrados. Como se mostrará a seguir, tais municípios são também os mais populosos da região.

Em 2007, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes de toda a região foi de 42,7; a de Belo Horizonte, foi de 43; a dos municípios com integração muito alta com a capital, de 49. No Mapa 3^o, a seguir, visualizam-se os municípios com maiores taxas de homicídios e maiores graus de integração.

9 Os municípios de São Joaquim de Bicas (ao sul de Betim) e Sarzedo (sudoeste de Ibirité), ambos destacados em cor mais intensa e sem identificação no Mapa 3, fazem parte dos municípios metropolitanos com população muito pequena, de modo que qualquer elevação no número de homicídios (flutuações aleatórias) afeta significativamente o valor da taxa (CASTRO *et alii*, 2004). Em função disso, não são contemplados na análise apresentada.

Mapa 3 – Distribuição da taxa média de homicídios por grupo de 100 mil habitantes nos municípios da RMBH – 1998-2007



Fonte: SIM/MS, 2010 Elaboração: INCT-CNPq Observatório das Metrôpoles

Uma característica intrínseca ao crime letal, ou seja, um padrão de ocorrência do homicídio é a proximidade geográfica entre autor e vítima (BEATO, 2001). Utilizamos os registros do Ministério da Saúde de óbitos por município de residência da vítima para a produção das taxas de homicídio. Porém, ao analisá-las com o foco no caráter metropolitano, também é importante ter a distribuição dos dados por município em que se dá o desfecho do crime, ou seja, onde ocorre o óbito.

Vejamos tais dados nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Taxas de homicídios por grupos de 100 mil habitantes por município de residência (RMBH, 1998-2007)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Belo Horizonte	30,4	22,7	28,2	30,0	33,9	48,0	52,3	45,3	40,6	43,2
Betim	34,7	28,9	44,0	31,3	32,5	64,9	75,2	70,5	63,6	54,7
Contagem	29,4	21,7	36,4	43,6	55,0	62,6	71,3	60,3	51,2	49,6
Ibirité	41,9	35,9	33,1	59,4	51,2	58,7	63,7	66,9	57,3	44,0
Ribeirão das Neves	30,0	24,1	36,5	37,4	64,4	74,7	89,0	70,3	64,7	46,0
Santa Luzia	32,2	17,6	31,9	36,2	51,3	79,7	77,5	58,3	57,8	43,6
Vespasiano	38,3	29,0	34,0	54,4	64,3	65,7	84,1	57,3	59,5	52,7
Todos os municípios acima	31,2	23,5	31,7	34,4	41,1	55,9	62,2	53,5	48,2	45,7
RMBH	28,9	21,4	28,5	31,0	37,6	50,7	56,7	48,8	44,7	42,7

Fonte: SIM/MS, 2010. Elaboração: INCT-CNPq Observatório das Metrópoles

Tabela 2 – Taxas de homicídios por grupos de 100 mil habitantes por município de ocorrência (RMBH, 1998–2007)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Belo Horizonte	34,5	26,9	34,8	35,0	42,9	57,6	64,7	54,4	49,0	49,5
Betim	35,6	26,5	38,2	36,8	32,2	72,3	84,6	75,8	70,0	57,8
Contagem	28,8	24,2	38,8	41,6	51,7	58,2	65,2	60,5	49,9	49,2
Ibirité	43,1	26,3	15,8	48,0	46,3	46,7	51,5	49,0	53,6	28,9
Ribeirão das Neves	16,5	12,5	17,4	25,5	55,1	54,9	63,8	54,6	51,1	35,6
Santa Luzia	25,4	9,7	16,2	29,9	42,6	58,2	62,3	44,8	46,4	37,3
Vespasiano	21,3	15,3	14,4	32,7	31,6	42,3	43,2	35,0	31,8	28,8
Todos os municípios acima	32,3	24,5	32,5	35,6	43,9	58,1	65,4	56,2	50,9	47,2
RMBH	29,4	21,8	28,8	31,8	39,5	51,7	58,7	50,7	46,4	43,9

Fonte: SIM/MS, 2010. Elaboração: INCT-CNPq Observatório das Metrópoles

Ao comparar as duas tabelas, nota-se que, em todos os anos, em Belo Horizonte as taxas calculadas por município de ocorrência são superiores às aquelas por município de residência. Algo semelhante ocorre em Betim a partir de 2003. Já em Contagem, a tendência é as duas se igualem no final do período. Nos demais municípios, a taxa por município de ocorrência é inferior praticamente todo o tempo.

Evidencia-se, assim, uma dimensão metropolitana do fenômeno, na medida em que a capital e os municípios maiores, onde está boa parte dos serviços hospitalares e de saúde (Belo Horizonte, Contagem e Betim), atraem vítimas que podem ter sido agredidas em outro município, provavelmente o de residência. Há, portanto, um deslocamento dos óbitos dos municípios periféricos, cuja infraestrutura médica é menor, em direção ao polo, ou seja, um movimento de polarização tipicamente metropolitano. No entanto, ele parece não interferir tanto nos dados de Contagem e de Betim, pois esses municípios são dotados de equipamentos de saúde. Nesses casos, portanto, as vítimas de agressões são atendidas no próprio município no qual sofreram o crime, e é provável que venham a falecer também aí.

A concentração de homicídios percebida na RMBH evidencia a urgência do reconhecimento da dimensão metropolitana do problema e a necessidade de se pensar as políticas de segurança pública sob essa ótica. O modo como o município polo se expande sobre os demais, como ocorre com Belo Horizonte, cria uma dinâmica que inflaciona os problemas sociais dos municípios metropolitanos para muito além de sua capacidade municipal. Nesse sentido, acreditamos que uma abordagem da distribuição e da frequência do crime letal e da violência urbana deve se pautar também na escala das relações sociais metropolitanas.

Considerações: a instabilidade das taxas

De 2006 a 2007, observamos um novo crescimento da taxa de homicídio em Belo Horizonte, que passou de 40,6 para 43,2 por grupo de 100 mil habitantes. Ainda que esses dados não devam ser interpretados como indicadores de uma nova tendência, já que, afinal, se referem a um período breve, eles fragilizam a tese de queda e estabilização nas mortes ou a de um suposto controle estatal sobre a violência letal.

Outra cautela recomendada é a observância dos ainda elevados patamares das taxas, um dado preocupante, uma vez que, antes do crescimento verificado entre 1998 e 2004, a taxa de Belo Horizonte era superior ao conjunto regional metropolitano, como volta a ocorrer em 2007. Será que ela poderia impulsionar a taxa metropolitana como no período anterior?

As oscilações observadas nas taxas, apesar do declínio visto a partir de 2004, tenderam ao crescimento do risco de morte por homicídios, como revela a elevação drástica dos casos de homicídios, entre 1998 e 2007, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em escala municipal, tal crescimento foi mais expressivo no município polo e entre aqueles classificados como de “alta integração” com a dinâmica metropolitana.

Apesar de não podermos precisar o peso particular de cada um dos fatores apresentados ao longo do artigo, é explícito quão expostos e vulneráveis à violência, de um modo geral, estão os jovens. Essa constatação permite afirmar a carência de políticas preventivas, em contraste com os grandes investimentos nas repressivas, e constatar a importância de ações direcionadas à juventude, como é o caso do programa Fica Vivo.

Outro aspecto que, a nosso ver, merecerá mais investigação é o modo como a dinâmica metropolitana influencia regionalmente a distribuição e concentração da violência letal entre os municípios da RM. A princípio, constatamos que, apesar do tão propalado movimento de desconcentração da criminalidade e dos homicídios, o que se observa para a RMBH é que as taxas metropolitanas são muito altas e estão muito concentradas nos municípios ao mesmo tempo conurbados e mais integrados ao município polo. E, se na última década assistiu-se a um reforço das políticas municipais de segurança, a dimensão metropolitana da criminalidade deveria suscitar um debate sobre a necessidade de políticas públicas de segurança de caráter metropolitano.

Referências

- AIDAR, Tirza. (2003), *A face perversa da cidade: Configuração socioespacial das mortes violentas em Campinas nos anos 90*. Campinas, Núcleo de Estudos de População da Unicamp.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de [e] DINIZ, Alexandre M. (2007), “Metropolização e crimes violentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em seu colar”. Em: ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de [e] FARIA, Carlos Aurélio P. (orgs). *Metrópole: Território, desigualdade e política: O caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Editora PUC Minas, pp. 181-212.
- _____[e] MARINHO, Marco Couto. (2010), “A metropolização da violência letal na Região Metropolitana de Belo Horizonte”. Apresentado no Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano do Observatório das Metrôpoles e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- BEATO, Cláudio F. (2008), “Projeto Fica Vivo em Belo Horizonte”. Em: VELOSO, Fernando [e] FERREIRA, Sérgio Guimarães (orgs). *É possível: gestão da segurança pública e redução da violência*. Rio de Janeiro, Contracapa/Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças.
- _____*et alii*. (2001), “Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999”. *Cadernos de Saúde Pública*, Vol. 17, nº 5.
- _____; PEIXOTO, Betânia Totino [e] ANDRADE, Mônica Viegas. (2004), “Crime, oportunidade e vitimização”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 19, nº 55.
- _____[e] MARINHO, Frederico Couto. (2007), “Padrões regionais do homicídio no Brasil”. Em: CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da [e] BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (orgs). *Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

- CANO, Ignácio [e] SANTOS, Nilton. (2001), *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- CASTRO, Mônica Silva M.; ASSUNÇÃO, Renato M. [e] DURANTE, Marcelo Ottoni. (2003), “Comparação de dados sobre homicídios entre dois sistemas de informação”. *Saúde Pública*, Vol. 37, nº 2, pp. 168-176.
- _____. *et alii*. (2004), “Regionalização como estratégia para a definição de políticas públicas de controle de homicídios”. *Cadernos de Saúde Pública*, Vol. 20, nº 5, pp. 1269-1280.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). (2011), Notícias. Disponível (on-line) em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/9874-brasil-tem-terceira-maior-populacao-carceraria-do-mundo>
- DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. (2010), Sistema Prisional. Disponível (on-line) em: <http://portal.mj.gov.br/depen/data/Pages/MJD574E9CEITEMID364A-C56ADE924046B46C6B9CC447B586PTBRIE.htm>
- FREIRE, Flávio [e] SILVA, Lariça Emiliano da. (2010), “Aspectos da criminalidade violenta em duas regiões metropolitanas do Nordeste: Natal e Recife”. *Anais do Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano*. Observatório das Metrópoles/Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- GALVÃO, Márcio. (2009), *O referendo do desarmamento: Um estudo da campanha do desarmamento e de medidas de segurança públicas direcionadas*. Monografia (especialização). Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais.
- GOERTZEL, Ted [e] KAHN, Tulio. (2009), “The Great São Paulo Homicide Drop”. *Homicide Studies*, Vol. 13, nº 4, pp. 398-410.
- GUATTARI, Felix. (1985), “Espaço e poder: A criação de territórios na cidade”. *Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, ano 5, pp. 109-120.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). Banco de dados agregados – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível (on-line) em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>

MARINHO, Marco A. Couto. (2009), Programa Vila Viva: Favela, urbanização e segurança pública: Estudo de caso do Aglomerado da Serra de Belo Horizonte. Monografia (especialização). Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais.

MOURA, Rosa *et alii*. (2009), “Hierarquização e identificação dos espaços urbanos”. Em: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org). Hierarquização e identificação dos espaços urbanos. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles/Letra Capital.

NASCIMENTO, Luís Felipe Zilli. (2004), Violência e criminalidade em vilas e favelas dos grandes centros urbanos: Um estudo de caso da Pedreira Prado Lopes. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. (2004), Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Disponível (on-line) em: http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf

PERES, Maria Fernanda Tourinho (coord). (2005), Violência por armas de fogo no Brasil: Relatório Nacional. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.

PHEBO, Luciana. (2005), “Impacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil”. Em: FERNANDES, Rubens, Cesar. Brasil: As armas e as vítimas. Rio de Janeiro, 7 Letras.

RAMOS, Sílvia [e] PAIVA, Anabela. (2007), Mídia e violência: Tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ.

SAPORI, Luís Flávio (coord). (2010), Os impactos do crack na saúde pública e na segurança pública. Belo Horizonte, Centro de Pesquisas em Segurança Pública da PUC Minas.

SILVEIRA, Andréa *et alii*. (2010), “Impacto do programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidades de Belo Horizonte”. Revista da Saúde Pública, Vol. 44, nº 3, pp. 496-502.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (SIM/MS). Óbitos por causas externas em Minas Gerais. Disponível (on-line) em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/ext10mg.def>

SOARES, Gláucio Ary. (2008), Não matarás: Desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro, Editora FGV.

SOARES, Luiz Eduardo. (2010), “Juventude e violência”. Palestra apresentada NO Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira. Belo Horizonte, PUC Minas.

SOARES FILHO, Adauto Martins *et alii*. (2007), Análise da mortalidade por homicídios no Brasil. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Vol. 16, nº 1, pp. 7-18.

WASELFISZ, Julio Jacobo. (2010), Mapa da violência: Anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo, Instituto Sangari.

ZIMRING, Francis. (2007), The Great American Crime Decline. Nova York, Oxford.